



O romance do espaço público¹

Adrián Gorelik

Via a interpretação de dois acontecimentos na cidade de Buenos Aires, discute a categoria espaço público, apontando o papel do Estado e seus níveis de comprometimento com a comunidade, em que ora prevalece sua ausência diante de prerrogativas essenciais como a segurança, ora sua presença de caráter democrático na construção de um “estado de bem-estar”. Esses exemplos ilustram as condições que essa categoria pode inserir nos fenômenos culturais urbanos e na criação de identidades coletivas, presentes na dialética do espaço público com a memória, a ação política, as estratégias mercantis, a idealização do convívio entre os indivíduos e a cidade.

Espaço público; cultura e sociedade; políticas urbanas.

Para os urbanistas, o tardio redescobrimiento das virtudes da cidade clássica no momento de sua impossibilidade definitiva pode ter sido o ponto de não-retorno, o momento de sua desconexão fatal, o motivo de desqualificação. Hoje, eles são especialistas em dores fantasmagóricas: doutores que discutem as complicações médicas de uma extremidade amputada.

Rem Koolhaas²

I - Nos anos 80 do século 20, depois de muito tempo de ausência nos vocabulários cultural, sociológico, político ou urbano, o espaço público converteu-se em categoria onipresente e, sobretudo, operativa, e assim continua até hoje. É notório, por exemplo, que na Buenos Aires que atravessou a crise em 2001 e 2002, e hoje parece assistir a um novo *boom* urbano, a categoria espaço público continua funcionando como nos anos 80 e 90, tanto para interpretar os fenômenos da cultura urbana, do circuito *turístico-tanguero*³ até as *Gallerie nights*, como para fundamentar as ações do governo sobre a cidade, como se vê nas mais recentes transformações centrais. Poder-se-ia até pen-

sar que o apelo ao espaço público é decisivo na mudança de representações da cidade, entre os anos 90 e hoje, quando a imagem da “cidade dos negócios” e os esplendorosos megaempreendimentos já não gozam de boa reputação. Assim como nos anos 90 Buenos Aires encontrou seu “postal” em Puerto Madero, hoje, se tivéssemos que eleger um postal que encarnasse os imaginários em voga, deveríamos escolher alguma imagem de Palermo Viejo, representado como o bairro tradicional recuperado para a intensidade dos usos contemporâneos, porém sem perder seu encanto bucólico, como distrito de festa e *design*, cujo extraordinário sucesso imobiliário e comercial parece reconciliar a cidade – frente ao megaempreendimento de enclave típico dos anos 90 – com o espaço público do bairro de classe média que aquelas políticas levaram ao perigo da extinção.

O sucesso dessa categoria nota-se no fato de, desde os anos 80 até hoje, ela continuar a ser a preferida não apenas no universo cultural e acadêmico, mas também junto aos governos municipais e, o que é mais significativo, entre os grupos empresariais para

Fotos de Tomas de
Isaías Garde
Fonte: 5.1 Megapixeles Factor
Serpiente fotos, [http://
factorfotos.blogspot.com](http://factorfotos.blogspot.com),
Buenos Aires, Argentina

pensar a transformação da cidade em sentido progressista.⁴ A hipótese que quero defender aqui, por outro lado, é de que o espaço público urbano se converteu em espaço espectral, e a categoria espaço público em fetiche que mascara essa situação. Certamente, trata-se de categoria muito especial, uma dessas escassas “categorias-ponte”, que colocam em um mesmo recipiente conceitual dimensões da sociedade, da política e da cidade, conectando esferas fortemente diferenciadas.⁵ O problema, porém, é que, embora continuando a falar em espaço público e organizar nossa agenda urbana em torno desse tema, já não podemos garantir que a conexão se produza. De que tratamos, então, quando nos referimos a espaço público? Vejamos duas cenas atuais de Buenos Aires nas quais o conflito das interpretações se faz evidente.

A primeira é do santuário da República de Cromañón, na Rua Bartolomé Mitre, próximo da Plaza Once. Trata-se de um quarteirão em pleno distrito comercial e num dos nós mais densos de transferência de transporte, a qual permanece fechada ao trânsito desde 30 de dezembro de 2004, quando ocorreu a tragédia que converteu uma discoteca em tumba para 193 pessoas, a maioria adolescente, mas também alguns adultos, crianças e até bebês.⁶ A tragédia converteu-se em divisor de águas na política de Buenos Aires, e todo o ocorrido resumiria os modos de funcionamento das relações entre Estado e sociedade. Digamos aqui, simplesmente, que se articulou fatalmente uma série de fatores muito conhecidos em Buenos Aires: a corrupção estatal e empresarial, além da cultura da transgressão estendida em toda a sociedade. De todo modo, acredito que com a palavra corrupção, de tão habituados que estamos a utilizá-la, termina-se dizendo muito pouco: haveria que falar, possivelmente, no desinteresse e na

impossibilidade de o Estado regular e controlar os interesses privados, para proteger uma maioria da sociedade que possui cada vez menos recursos materiais e simbólicos para fazê-lo por si.

O ponto que quero desenvolver, porém, corresponde ao que se passou desde então: os familiares das vítimas montaram nesse quarteirão uma espécie de santuário precário e agressivo – com restos calcinados de roupas, tênis, papéis –, oficializado como *locus* de identidade e centro de reunião para o protesto, e como memorial da tragédia e da luta. Sem dúvida, mais um exemplo desta modalidade estendida a toda a sociedade de um presente em “estado de memória” – como prova também a multiplicação de santuários nas favelas cariocas, para cada *menino de rua* que morre abatido pela polícia. Com esse memorial especificamente, entretanto, interrompeu-se de forma permanente uma rua inteira, algo nunca ocorrido até então nos locais de tragédias na vida de Buenos Aires, com enorme impacto emocional e político (como os campos de concentração da ditadura ou o edifício da Asociación Mutual Israelita Argentina, explodido num atentado em julho de 1994), de modo que a memória irrompe muito mais literal no transcorrer urbano, em uma zona nevrálgica da cidade. Por que se perpetuou essa situação? O comando político do município buscou diluir sua responsabilidade delegando sua autoridade e abandonando qualquer critério de racionalidade a partir do ponto de vista dos interesses do conjunto da sociedade. A ilegitimidade impede aos políticos distinguir publicamente o que não é legítimo no protesto, e os familiares das vítimas se convertem no único ator com autoridade no conflito. Apesar de o governo da cidade ter erguido um monumento no local – através de concurso –, com o que esperava satisfazer as reclamações dos fami-

liares e reabrir o trânsito, a rua continua ocupada pelo santuário informal, que funciona não apenas como lugar de peregrinação e memória, mas como evidência do lugar que ocupam os afetados diretos diante da ausência do Estado, como materialização política desse vazio de representação, a cicatriz urbana da crise.

A segunda cena é a o Parque Micaela Bastidas, em Puerto Madero, um espaço recente na zona mais nova da cidade. Esse parque foi assinalado como verdadeiro acerto no desenho de parques e, muito mais do que isso, como reapropriação pública da zona modelo da cidade dos anos 90. Frente à cristalização do Puerto como enclave exclusivo de negócios e turismo de alto padrão, o bairro mais moderno e caro de Buenos Aires, o parque aparece como equipamento sofisticado, mas voltado para favo-

recer o tradicional uso popular da costa, ilustrando o velho ideal do século 19 que considerava o parque o espaço público democratizador por excelência, a “nova catedral” da cidade moderna, em que a comunidade se encontra e se reconhece, em que os indivíduos, iguais pelo efeito do sol e da natureza cultivada, convertem-se no público crítico da modernidade. Não é secundário no projeto a participação de um dos principais criadores de toda a operação Puerto Madero, o qual, contra toda evidência, sempre apoiou o caráter popular e progressista do empreendimento: talvez se deva entender esse parque como uma espécie de revanche do “planejamento estratégico” com relação às vozes agoureiras.⁷

Os exemplos são um pouco infelizes. Poderia escolher outras oposições, como a que se produziria entre uma interrupção de ruas por uma das tantas assembléias vicinais de 2002 – quando funcionaram como a encarnação da nova política, e se organizou todo um turismo político para relevar, *in situ*, o último grito da temporada de rebelião contra o “Império” – e o acordo da tradicional Avenida Corrientes, cujas calçadas foram ampliadas como parte de uma série de intervenções recentes na área central, de acordo com um discurso oficial que apela, como dissemos, para o enaltecimento do espaço público. E também casos de qualquer outra cidade, latino-americana ou não, como a Cidade do México, mostrando uma rua do centro histórico recém-“recuperada”, com seus pavimentos reluzentes e suas fachadas elegantes, e o quarteirão seguinte ainda ocupado pelo tumulto da venda ambulante (um bom teste para os imaginários urbanos do México: diante dessas duas imagens, escolha qual sugere melhor a idéia de espaço público). Minha intenção aqui, entretanto, não é voltar a determinar uma tradicional e maniqueísta oposição entre “a cidade das



peças” e “a cidade da arquitetura”. De fato, o Parque Bastidas tem uso popular, como também a Avenida Corrientes. Além do mais, não tem sentido desprezar as qualidades materiais dos espaços urbanos nem a beleza da cidade, um bem público que, em todo caso, deve ser redistribuído como representação da história comum e base imprescindível de sentido para nossas instituições republicanas.

O que essas oposições assinalam, na verdade, é o conflito inerente na definição de espaço público. Trata-se de algo óbvio e evidente, mas que não costuma ser tematizado. E segundo o parecer que engloba seu todo, o espaço público converte-se no contrário do que deveria ser como categoria: no lugar de fazer presente o conflito, numa categoria tranqüilizadora, num fetiche.

II - Partirei, então, do conflito implícito na própria categoria, aquele que permite explicar cada uma dessas cenas tão diferentes como espaço público. A primeira poderia ser explicada pela perspectiva de que o espaço público é o da ação política: nesse caso, trata-se de um espaço público agonial, lugar do encontro com o outro para a construção da diferença. Poderia remeter-se a uma visão como a de Hannah Arendt, inspirada no ideal antigo do espaço público como o universo da liberdade (a política) frente ao universo doméstico da necessidade (a economia).⁸ Claro que as pobres vítimas do massacre da República de Cromañón muito se afastam da imagem dos cidadãos clássicos, em princípio porque é bastante difícil distinguir neles os momentos da liberdade e da necessidade; e o santuário improvisado, irrupção da memória agravada no *continuum* da cidade, tem um inconfundível sabor latino-americano (ainda mais significativo numa cidade tradicionalmente resistente a se imaginar inclusive nesses coloridos aspectos do continente).

A segunda cena, por outro lado, tem como referência o espaço público burguês, acostumado a se fundamentar numa visão como a de Jürgen Habermas – embora se perceba que, para ele, adotaram-se muitas liberdades interpretativas. Já não se trata do espaço da ação, mas da representação e não só porque seu protagonista, o público ilustrado, representa público maior (de acordo com a idéia de “Humanidade” que fundamenta o moderno governo representativo), mas porque o espaço público moderno, nessa acepção, é um universo de condutas representativas: exclusivamente pela representação se faz possível o contato com o outro na sociedade dos indivíduos que, através do mercado, rompem os laços da comunidade. Mercado e espaço público: para essa acepção, as duas faces inevitáveis da moeda que resulta na cidade moderna.⁹

As diferenças entre a primeira e a segunda acepção são notórias. Para a primeira, a conduta representativa é conformista, porque evita a ação verdadeira pela qual os homens se apresentam como são, e daqui se desprende toda uma série de categorias muito ampliadas a partir do século 19 para criticar o espaço público burguês (justamente o que toma a segunda acepção): em primeiro lugar, a noção de máscara, central na busca de autenticidade da arte e da arquitetura modernas (basta pensar na expressão cidade Potemkin, cunhada por Adolf Loos para criticar a Viena de Ring).¹⁰ Rebelando-se contra o mercado (o filisteísmo do público), contra o individualismo e contra os enfeites destinados a ocultar as misérias da modernidade, essa acepção se pronuncia contra qualquer estabilização do espaço público: o mesmo surgiria, por outro lado, de uma colisão fugaz e instável entre forma e política, de um agora radical, visando interromper a temporalidade prosaica e mercantil do espaço público burguês. Não há dúvida de que não só quando se produzem mani-

festações políticas, mas também quando a arte moderna busca sua ligação com a “vida”, ocupando a rua, estamos na presença de um espaço público em ebulição, que não se propõe articular o social, mas pôr em evidência as múltiplas fraturas entre a sociedade, o espaço e o tempo.

A segunda acepção do espaço público, por sua vez, nos obriga a alguns matizes e a diferenciações internas. A definição do espaço público burguês clássico sem dúvida remete a Habermas. É muito freqüente, entretanto, que ela seja tomada de modo frouxo para analisar a cidade do século 19 e até do 20, e é ali que aparece o problema adicional ao conflito de interpretações, a violação da teoria habermasiana. Já que Habermas teorizou o momento de emergência dos espaços de publicidade da burguesia no século 18, e para ele sua potencialidade política já entra em decadência desde o século 19, com a progressiva identificação das esferas política e social a partir do crescimento do que logo será chamado de Estado assistencial – o duplo processo de socialização do Estado e a estatalização do social, que produz, para essa acepção, a extinção dessa brecha de autonomia da sociedade frente ao Estado que precisa do espaço público para sua existência; brecha que já não se recuperará mais na cidade da indústria, das massas e do consumo.

Assim, já temos, na verdade, três posições com seus respectivos modelos urbanos: a primeira (arendtiana) cujo modelo urbano de espaço público é a ágora da *pólis* clássica; na segunda (a de Habermas) estão os espaços do salão aristocrático ou o café ilustrado do século 18 (espaços em que nasce a crítica burguesa); e na terceira posição (a extensão indevida da hipótese habermasiana), o modelo urbano é o *boulevard* do século 19, o espaço público no qual a noção ilustrada de representação parece transformar-se em auto-representa-

ção burguesa e, sobretudo, no qual se realiza a conversão de toda a vida urbana em circulação, mostrando não a dialética implícita entre o mercado e o espaço público, mas o caráter exclusivo e irredutivelmente mercantil da metrópole moderna.

Não quis alimentar uma imagem simplificadora das relações entre teorias do espaço público (em termos sociológicos, históricos e políticos) e modelos urbanos de referência: precisamente, como “categoria-ponte”, o espaço público não tem resolvido – não o poderia ter – seu nó teórico fundamental, a relação que estabelece, implicitamente, entre forma urbana e política. Não acredito, porém, distorcer muito essas teorias quando noto que certas imagens e modelos urbanos operam nelas e a partir delas, produzindo conseqüências nas diferentes concepções do social e do político que se podem fazer notar nas práticas espaciais e nas políticas urbanas contemporâneas.

A esquematização das cidades e dos espaços dessas três posições, além do mais, representa graficamente o caráter conflitivo das conceitualizações mais habituais entre os especialistas urbanos que, quando se referem ao espaço público, operam a partir de suas próprias tradições, incorporando despercebidamente novos esquemas oscilantes entre uma visão comunitária, como aquela clássica de Lewis Mumford, que buscava recuperar um espaço “orgânico” inspirado na praça medieval – uma idéia de espaço público que o espaço público moderno destruiu, e que remete a uma sociedade fechada, em que domina a ação coletiva contra qualquer idéia de indivíduo e de racionalidade projetual –, e uma visão societal, como a que produz o pós-modernismo em sua recuperação da cidade do século 19.¹¹

Essas duas visões instaladas no imaginário arquitetônico e urbano se dissimulam de maneira complexa nas noções teóricas e têm

conseqüências muito diretas nos modos como entendemos a cidade a partir da década de 1980. A concepção comunitária foi muito importante ao longo de todo o século 20, como se evidencia no fato de que não apenas respalda os modelos urbano-arquitetônicos mais próximos ao organicismo de cunho mumfordiano – e, mais geralmente, ao urbanismo anglo-saxônico –, como a *neighborhood unit*² do parque suburbano, mas também os modelos do modernismo clássico, já que o verde no conjunto de moradias tinha como objetivo recuperar um nexos direto entre comunidade e natureza, destruído pelas máscaras do espaço público burguês; entretanto, essa concepção explica também uma posição existencialista como a de Aldo Rossi,¹³ que na década de 1960 recuperava a idéia de monumento como *locus*, acontecimento transcendente e originário frente ao tempo mercantil do espaço público – para notar a generalização posterior dessa recuperação na chave comunitária, procura recordar a inflação simbólica produzida em nossos imaginários urbanos desde os anos 80 no sentido dos *lieux des memoires*.¹⁴ E assim como podemos ver operando essa concepção comunitária-modernista nas renovadoras propostas urbanas dos anos 70 que postulavam a recuperação dos centros históricos de Urbino e Bolonha, a segunda concepção, societal-pós-modernista, vincula-se, obviamente, a todo o processo de recuperação cultural da cidade liderado pelas intervenções urbanas de Berlim e Barcelona nos anos 80, relançando a importância público-cidadã da rua tradicional e da vida urbana, ao mesmo tempo antimodernista e pró-mercantil.

Tenho consciência de que a sensação produzida pela rápida enumeração feita até aqui está mais próxima da vertigem caleidoscópica do que da clareza da explicação: trata-se de mesclas fragmentárias de conceitos, aplicações parciais e mistificações; entretanto, mais

do que um defeito do relato, deve-se observar como um efeito de sorte percorrendo, nas últimas duas décadas, o espaço público urbano: a superposição de postulados reificados fragmentariamente em bem-sucedidas imagens urbanas, diante da carência de qualquer debate rigoroso a respeito das políticas que as geraram, das sociedades que as alimentaram e das teorias que as poderiam explicar. Naturalmente, só mediante forte operação de redução pode uma teoria converter-se em imagens urbanas – o que não significa que elas não sejam completas em si ou se permitam alimentar teorias também completas. Porém esse reducionismo não é produto exclusivo dos limites intelectuais da arquitetura e do urbanismo, como bem se vê em um dos livros mais célebres dos que relançaram a cidade nos anos 80: *Todo lo sólido se desvanece en el aire*, de Marshall Berman,¹⁵ no qual o espaço público ilustrado se confunde com o *boulevard* haussmanniano que o eliminou (entre outras coisas, porque ali a multidão elimina a autonomia do indivíduo autocentrado, e se produz o tipo exato de relação cidade/sociedade que rejeita tanto Habermas quanto Arendt); do mesmo modo, para defender a modernidade contra as leituras pós-modernas, exalta-se o imaginário da cidade do século 19 que estava propondo a urbanística pós-moderna e a nostalgia açucarada do conservacionismo *pompier*: Hoje é fácil advertir que, de acordo com o argumento de Berman, o século 19 converteu o espaço público em tautologia, no lugar do desfrute do próprio espaço público, na paisagem de si mesmo; é espaço que perdeu qualquer resquício de debate racional – o que o convertia em veículo e motor da auto-ilustração do público – em favor da mera *flânerie*: essa combinação de multidão e mercadoria que caracteriza o passeio urbano moderno.

E em textos menos conhecidos, mas não menos significativos, nos quais todos esses temas da moda se transformam em vulgata, a confusão e a mescla chegam a níveis de absoluta improdutividade. Tomo um deles, muito recente, produzido no contexto acadêmico das universidades norte-americanas e utilizado como introdução para um livro oficial sobre as propostas para o espaço público do governo da cidade de Buenos Aires, porque demonstra, ao mesmo tempo, o modo banal em que veio funcionando a categoria de espaço público como ponte possível entre a reflexão crítica e as políticas públicas. Já no começo, na mesma frase inicial em que respalda sua noção de espaço público na teoria de Habermas (transmitida com "piscadas de olhos" entre especialistas), o autor sustenta que a mais drástica das transformações urbanas atuais é "a modificação substancial do espaço social devida à apropriação do espaço público por mãos privadas",¹⁶ o que respalda a contundência crítica de seu título: "El asalto al espacio público". Habermas, entretanto, não afirma que só existe espaço público quando pertencente à sociedade civil, ou seja, a mãos privadas, para defendê-las, justamente, do assalto do Estado? Assinalar essa contradição teórica

não supõe negar as transformações das quais busca dar conta o autor do artigo; o problema é saber se incorporá-las à força ao modelo teórico-político-urbano do espaço público ajuda a entendê-las. E, para coroar esse mal-entendido, o autor passa, quase sem solução de continuidade, a denunciar a transformação dos espaços públicos em "não-lugares", usando outra categoria de muito êxito, que rapidamente passou do jargão acadêmico para o da imprensa, desconhecendo o fato de que a noção de "lugar" utilizada por Marc Augé é antropológica, enquanto a de espaço público é política.¹⁷ Ou seja, ambas as categorias servem para pensar questões completamente diferentes nas relações cidade/sociedade. Forçadas a estar lado a lado, caberia a princípio considerar que a própria emergência do espaço público moderno (ao menos na definição habermasiana, a qual, como vimos, o autor alude) supôs o cancelamento histórico da idéia de lugar, já que o espaço público necessita para seu desenvolvimento da existência de uma sociedade de indivíduos sem vínculos, rompidos com a relação identitária entre o lugar e a comunidade.

III - De todo modo, não é propósito deste trabalho "elucidar" a partir da teoria a con-



fusão reinante em nossas noções sobrepostas de espaço público, mas apenas tentar entender como funcionaram as diversas representações de espaço público, como operam na cidade que se transforma diante nossos olhos. O particular da conjectura dos anos 80, em que a categoria surge e se afirma, é que nela pareceu coincidir uma idéia de cidade, arquitetura, política, sociedade e cultura urbana que surgia dessa articulação. Cada uma dessas perspectivas iluminava a noção de espaço público e por ela se deixava iluminar, dando-lhe matizes diferenciais porém complementares, no típico movimento centrífugo que se produz no momento de elevação de uma categoria, quando tudo parece provar sua capacidade teórica e instrumental. Esse foi o romance do espaço público.

A conjuntura foi apelativamente internacional (ao menos no Ocidente), embora, como sempre sucede, em cada lugar se modularam diversas problemáticas e diversas interpretações do espaço público. Poder-se-ia dizer que foi o resultado de crise tripla: do socialismo, do Estado assistencial e (completamente contingente em relação às anteriores) das ditaduras sul-americanas, que confluíram na disposição comum de discutir as tendências totalitárias do Estado, colocando em primeiro plano a “sociedade civil”. De modo que a categoria espaço público, recordada apenas pela tradição liberal anglo-saxônica e trabalhada por figuras como Arendt ou Habermas entre os anos 50 e 60, a partir de preocupações filosóficas típicas desse período como a “multidão solitária” – para recordar a célebre fórmula de David Riesman¹⁸ –, converteu-se na chave para recente reconsideração da esquerda do problema democrático, fazendo empenho em seu chamado à reativação política da cidadania.

Na verdade, no debate urbano e arquitetônico produziu-se defasagem temporal similar: se pensamos que em 1961

publicava-se *Vida e muerte de las grandes ciudades*, de Jane Jacobs,¹⁹ livro que encamou a proposta de recuperação da vida buliçosa da rua de bairro frente a negação da urbanística modernista; e se recordamos que o arco condutor da obra de Kevin Lench²⁰ à de Aldo Rossi – ou seja, da morfologia e da semiologia urbanas para a arquitetura da cidade – descreveu-se completamente entre finais dos anos 50 e a primeira metade dos 60, podemos advertir que a crise do modernismo que se fez evidente em meio à bem-sucedida modernização do pós-guerra, já havia produzido uma série de reflexões que eclodiriam à margem do debate dos especialistas, 20 anos depois.

Explica-se, assim, a coexistência nos anos 80, como agentes ativos na exaltação da cultura urbana, dos debates diferentes do espaço público e do modernismo/pós-modernismo: fontes diversas, problemáticas diferentes, articuladas em uma série de tropos tanto de debilidade quanto de hospitalidade teórica: como o êxito, por exemplo, da figura do *flâneur*. E, por último, cabe não esquecer a peculiar torsão instrumental realizada em ambos os debates, já que as fontes neles privilegiadas esquivam-se de favorecer o dominante enfoque entusiasta. Como já mencionado, tanto Arendt quanto Habermas são taxativos a respeito da irreversível “decadência” do espaço público, por usar a figura de outro autor do período, Richard Senté,²¹ que tampouco é otimista – no que pesa a seus reiterados, e sempre agudos, intentos de pensamento operativo para o resgate de formas de espaço público na cidade contemporânea.²² E até Marshall Berman, por otimista que seja, encontra no século 19 uma armadilha dialética de fatores de altíssima produtividade que o século 20 se teria esmerado em arruinar. Então, para todos esses autores de referência nos anos 80, o espaço público funciona, mais do que um

modelo aplicável, como ferramenta de crítica do presente à luz de momentos fatalmente perdidos – uma espécie de figura “utópica”, como em um dos possíveis sentidos com que Baczkó²³ interpretou o livro de Moro.

Analogamente, também a celebração da cidade produzida pelo debate modernismo/pós-modernismo encontrou apoio em posições como as de Georg Simmel ou Walter Benjamin, desentendendo-se do humor trágico no qual interpretaram a metrópole como chave da modernidade capitalista (uma idéia de modernidade na qual se deve ler, como assinalou Jedlovske,²⁴ a consciência pessoal desses autores sobre a crise da cultura ocidental).

IV - No caso de Buenos Aires, as primeiras reflexões sobre o espaço público se realizaram no final da ditadura, no correr dos anos 80. As interpretações de Habermas sustentaram assim uma visão das relações entre Estado e autoritarismo, produzindo uma nova imaginação histórica de forte impacto nos modos de pensar a cidade. Houve redescobrimto quase toquevilliano do associacionismo bairrista dos anos 20 e 30 (quando floresceram em Buenos Aires as sociedades de fomento, as bibliotecas populares e toda uma cultura popular bairrista, formando as bases para a extensão da peculiar classe média portenha), identificando nessas instituições “ninhos da democracia”: espaços públicos de resistência e transmissão de uma “democracia à espreita” em tempos de autoritarismo.²⁵ A reflexão sobre o autoritarismo produzia reivindicação otimista dos processos próprios da sociedade frente ao Estado e revalorização – completamente recente na cultura progressista argentina – da classe média como sociedade civil por excelência.

A aceitação política do horizonte da democracia liberal implicava, como consequência lógica, a adoção da corrente teórica *estado*

– *espaço público – sociedade civil – mercado*: foi uma avaliação do liberalismo que inseriu a reflexão sobre o autoritarismo na Argentina no curso de um vasto movimento político-intelectual mundial que buscava encarregar-se da crise do socialismo. Naturalmente, todo esse processo de descobrimento do espaço público não pode desprender-se da experiência de ocupação do espaço público urbano no final da ditadura e começo da democracia, em combinação – mais arendtiana do que habermasiana – de artes (teatro na rua, recitais massivos, arte urbana) e política (os protestos dos organismos de direitos humanos, de modo muito especial), em que a celebração urbana democrática parecia contestar, nos acontecimentos, a obsessão da ditadura pela limpeza e a ordem na cidade.

Esse caminho de valorização do espaço público, como categoria política e como protagonista da transição democrática, teve, porém, como correlato a recuperação de um espaço urbano como protagonista: o bairro popular. Essa foi nossa particular modulação do romance do espaço público que se entoava em todas as partes. A modulação foi muito idiossincrática de Buenos Aires – nessa cidade, o bairro popular também o é. Porém convém recordar, simplesmente para notar como esses temas vão tomando corpo em diferentes locais de forma deslocada – ou seja, determinando problemas aparentemente similares, embora a partir de situações completamente diferentes –, que, ao mesmo tempo, o bairro assumia-se como protagonista decisivo no processo de renovação de Berlim Ocidental, emblema de um novo “urbanismo do pequeno” na década de 1980. E que, em meados dessa década, o efeito do terremoto no México também se traduziu em uma nova onda de reivindicação da participação popular nos bairros, que apareceram como espaço liberado

de solidariedade e autogoverno, sendo também início de novo ciclo de reflexão sobre a cidade com eixo no espaço público.

Em Buenos Aires, aquela leitura dos bairros preparou o terreno para uma ativa política municipal tendente à consolidação de redes de participação: uma vontade descentralizadora, participativa e antiburocrática (em cujo curso se formaram os conselhos vicinais, os centros culturais dos bairros, e uma infinidade de microiniciativas) que ficou inscrita no imaginário progressista da cidade, conectando-se tanto com o consenso quanto à necessidade de divisão da cidade em comunas na Convenção Constituinte de Buenos Aires em 1996, como com a formação espontânea de assembléias, que se desenvolveu durante a crise do final de 2001 e em 2002. Conecta-se também, entretanto, com o redescobrimto da identidade bairrista na chave cultural e imobiliária: do novo circuito *tanguero* até o *boom* imobiliário e comercial de Palermo Viejo (hoje subdividido pelas empresas imobiliárias em “Palermo Soho” e “Palermo Hollywood”), é possivelmente a primeira experiência de *gentrificação* em Buenos Aires.

V - E talvez esse seja o melhor exemplo das mudanças ocorridas entre as esperanças urbanas da década de 1980, as realidades da modernização conservadora da década de 1990, e a Buenos Aires de nossos dias; melhor e mais expresivo do que os exemplos mais conhecidos de Puerto Madero, os *malls* ou os bairros privados. Porque se em Palermo Viejo se quis ver uma transformação “endógena”, produto de “sadias” dinâmicas locais frente ao urbanismo invasivo da globalização, típico dos empreendimentos de incorporação dos anos 90, na verdade deve entender-se que essa fatia de “cidade tradicional” também é funcional para a transformação mais ampla, a da fragmentação urbana, dos megaempreendimentos e dos con-

domínios fechados, a qual, sem embargo, parece contestar, erguendo exemplo de alta qualidade urbana, ofertas culturais e comerciais que repõem as características da cidade histórica, com sua rica mescla de trabalho e ócio.

Talvez o melhor modo de entender essas mudanças seja focar a própria categoria *gentrificação*, que recém-utilizei para nomeá-los – no modo mecânico em que nos acostumamos a usá-la. Jamais havia ocorrido *gentrificação* em Buenos Aires porque a cidade havia acompanhado historicamente com suas próprias transformações a grande mobilidade da sociedade; não existiu nunca o típico dilema dos centros históricos, latino-americanos ou europeus, essa oscilação entre deterioração, por falta de intervenção em defesa do patrimônio, ou *gentrificação*, pelos processos econômicos que essa intervenção desata quando se produz. Justamente, a qualidade de espaço público de Buenos Aires esteve apoiada na extensão aos bairros de notável homogeneidade social, cultural e urbana, que mobilizou toda a urbe contra a criação de zonas exclusivas. Hoje, por outro lado, a cidade funciona em contínua desagregação de exclusividades. E, nessa lógica, um bairro “tradicional” como Palermo Viejo, recuperado como centro por excelência do *design* e da gastronomia, também cumpre um papel.

A imagem de Palermo que se constitui como emblema alternativo às luzes estridentes dos megaempreendimentos de incorporação, é a do bairro tradicional da densa trama comunitária e do espaço urbano amável. Palermo Viejo vinha-se preparando para isso, se poderia dizer, desde os anos 80. Seu patrimônio de velhos casarões espaçosos em tranqüilas ruas arborizadas e seu escasso valor relativo de mercado para lá deslocaram o interesse inicial de profissionais médios, em altíssima proporção arquitetos,

pelo tradicional bairro de San Telmo (extremamente protegido por restrições legais). E em Palermo se encontraram com o *plus* da idéia de “bairro”, como meio ambiente urbano ideal que sintonizava com aquele redescobrimto das leituras históricas e políticas da cidade e da cidadania. De modo que um novo tipo de programa arquitetônico (a restauração historicista da moradia individual frente à paixão modernizadora pela moradia coletiva das décadas anteriores), começava a se articular com um tipo de operação urbana (o “urbanismo do pequeno”, frente às fáusticas operações da planificação tradicional) e com o tipo de relação cidade/sociedade civil que propiciava a categoria “espaço público”, fechando o círculo. Palermo foi vanguarda nessa idéia de espaço público bairrista e também seu exemplo mais bem sucedido, a ponto de, incluído na atual frivolidade generalizada do “boom de Buenos Aires”, preservar-se em algumas respostas originais e eficazes à miséria urbana, como as que vem realizando desde 2001 a Sociedade de Fomento de Palermo Viejo com a cooperativa de catadores de papel El Ceibo, cujo plano piloto de reciclagem foi tomado pelo governo da cidade como modelo para um recente plano de coleta de resíduos.

De toda forma, a noção de *gentrificação* não parece de fácil aplicação nesse caso, uma vez que, apesar do explosivo sucesso comercial associado ao *design* e à cultura juvenil, não é fácil reconhecer uma mudança no conteúdo social do bairro. Em todo caso, se algo parecido com a *gentrificação* ali ocorreu, foi nos anos 80, quando começaram a chegar os primeiros arquitetos para comprar casas e restaurá-las; mas, tampouco chegaram a produzir grandes alterações no meio social. Na verdade, é difícil encontrar ainda hoje processos de *gentrificação* estritos em Buenos Aires: não existiu nos casos de transformação radical, como Puerto Madero, porque à diferença do ocorrido no Porto de Londres, não havia aqui população para desalojar – e essa ausência de conflito potencial foi um dos principais acertos da escolha de Puerto como foco de transformação “estratégica” da cidade; experimentou-se e fracassou no Abasto; e agora se está experimentando em alguns pontos seletos de Barracas com a ajuda das exposições de desenho da Casa FOA.²⁶ O modo da transformação urbana e social em Buenos Aires continua, no entanto, presidida em grande medida pelo paradigma da renovação, mais do que da revalorização patrimonial. A grande mudan-



ça atual, quanto a essa modalidade principal, é que, se a cidade sempre acompanhou com transformações gerais a estendida mobilidade da sociedade, hoje essas transformações assumem a forma da incorporação interiorizada no que os fragmentos sobreviventes daquela mobilidade se autocontêm e buscam recortar sua diferença.

É certo que o fenômeno de Palermo Viejo também poderia ser pensado como a escola consciente de um setor da classe média que nestes últimos anos opta por formas de desfrute da cidade frente às opções mais generalizadas nos anos 90 de condomínios fechados, do consumo protegido do *shopping*, com suas promessas de segurança e isolamento, e assim está funcionando nas representações atuais de Buenos Aires. Mais além dessa valoração, entretanto, Palermo Viejo está demonstrando duas coisas. A primeira se percebe ao percorrer sozinho o bairro, entrando e saindo de um boliche com *design*, uma livraria ou um restaurante *fashion* dos que se amontoam quadra a quadra: não pode haver espaço público em um setor urbano *produzido* como cena de *Townscape*, de Gordon Cullen, tão bonita quanto artificial. A segunda tem a ver com comprovação mais geral sobre o funcionamento desse bairro em meio a uma metrópole fraturada: o que se percebe é o fracasso do discurso típico dos anos 80 sobre a reativação do espaço público mediante planejamento da “cidade por partes”, que foi a modulação urbanística daquele otimismo social e político sobre o espaço público e seu lugar de encarnação, o bairro popular.

Como se sabe, a idéia da “cidade por partes” rejeita o domínio da planificação, quantitativa e metodológica, para recuperar a pequena escala de intervenção qualitativa e revalorizar a trama urbana tradicional. Eram idéias que propunham recuperar as qualidades clássicas da cidade do século 19, inspira-

das nas transformações de Berlim e Barcelona (modelos emblemáticos da concepção societal-pós-modernista que mencionávamos); especialmente Barcelona, já que, com os responsáveis por sua gestão, se iniciou na democracia forte relação de intercâmbio técnico e ideológico. Na verdade, desde então, se produz ao longo da década de 1990 um verdadeiro modelo “de exportação”, de forte impacto em toda a América Latina: assim funciona o “planejamento estratégico”. Trata-se de modelo urbano que propõe assumir os limites da gestão pública e aceitar a dimensão mercantil do território metropolitano, incorporando francamente os capitais privados à reforma urbana, concebida de modo fragmentário, como peças urbano-arquitetônicas que enfatizam a capacidade da *forma* arquitetônica tanto no plano das necessidades identitárias da cidadania como no valor de *commodities* dos edifícios e locais urbanos. Tudo isso temperado por um novo rol da arquitetura “de marca” como dinamizadora das mudanças urbanas, cujo exemplo paradigmático nos anos 90 foi o Museo Guggenheim de Bilbao. (Decerto, há que estudar as relações existentes entre essa recuperação de uma urbanística do século 19 e a reaparição de uma figura típica da modernização urbana de finais do século 19 e começo do 20: o especialista internacional, contratado pelos governos municipais latino-americanos para desenvolver seus planos urbanos com as idéias que se demonstraram bem-sucedidas em sua cidade de origem.)

Não me deterei aqui na descrição do processo que se desenvolveu nos anos 90 e que muitas vezes se identifica com a simplificadora noção de globalização – creio que se deveria pensar que as dinâmicas econômicas e territoriais que haviam acelerado os processos de fragmentação social e espacial em Buenos Aires se compreendem melhor à luz de lógicas locais. Simplesmente, convém recordar que, no processo de abertura eco-

nômica e desmantelamento do Estado, os fragmentos urbano-arquitetônicos que se pensavam como dinamizadores da cultura urbana e da dinâmica social, motores do espaço público e originários de um modelo flexível de cidade, mais vinculados com as demandas e iniciativas da sociedade civil do que com a vontade fáustica do Estado, demonstraram não funcionar de acordo com seus modelos originários, mas como incorporações recortadas contra um fundo de decadência, espelhos dos processos de concentração que resultavam completamente funcionais como recurso para a entrada no mercado daqueles setores da cidade e do território que supunham vantagens diferenciais para o desenvolvimento de grandes negócios privados. Ou seja, a ideologia da “cidade por partes” mostrou-se funcional para o resultado da “cidade arquipélago”, e os discursos do planejamento estratégico foram as justificativas progressistas para um neoliberalismo selvagem.

Se pensamos na situação atual de Buenos Aires vamos ver que, apesar da mudança de discursos em seguida da crise do paradigma neoliberal, os processos da cidade haviam retomado caminho igual, diante da ausência de um projeto político-urbano alternativo: a política urbana neoliberal dos anos 90 já não é contínua explicitamente, mas tem sido substituída por um modelo diverso de cidade. A lucidez do neoliberalismo em diagnosticar a crise da cidade expansiva e em propor um modelo de substituição (o da “cidade dos negócios”) não foi contrastada com diagnóstico igualmente lúcido, mas ideologicamente diferente, sobre a cidade que aquelas políticas deixaram. Assim, sob as auto-representações mitologizantes do *boom* pós-crise de Buenos Aires (soma de turismo e clímax cultural e imobiliário), já é claro que a melhoria econômica reativou a lógica da cidade dos 90, que havia sido atenuada pela crise.²⁷ A vontade típica dos anos 90 foi so-

brepor à exausta estrutura urbana de Buenos Aires um sistema completamente novo, de incorporações e vias expressas, que aceitava como irremediáveis as diferenças urbanas e sociais decorrentes da decadência do modelo tradicional – e, portanto, as potencializava. Essa vontade desacelerou-se com a crise, mas a atual decolagem imobiliária – um dos setores mais dinâmicos da economia do *boom* – concentrando-se novamente no tipo de empreendimentos de incorporação característico daqueles anos: bairros privados, torres-country e até os megaempreendimentos que haviam permanecido em suspenso (como Retiro ou as ampliações de Puerto Madero), mostrando que a crise atuou como cristalização das fraturas sociais e urbanas sobre as quais prosperou aquele modelo de cidade, sem nenhuma medida pública à altura do desafio tentando reorientar essa dinâmica.

VI - É evidente, então, que desde os anos 80 até hoje, coisas completamente diferentes foram mencionadas por meio da categoria espaço público; que falava em espaço público quem desejava devolver à sociedade esferas de atividade que estiveram durante décadas dirigidas pelo Estado – e assim se justificou, nos anos 90, todo o processo de privatização dos serviços públicos – e também quem buscava preservar os espaços comuns dirigidos pelo Estado de sua conversão em negócio privado. Continua tendo sentido, então, chamar de “espaço público” qualquer uma dessas opções, lutando pela definição “legítima”?

O pensamento urbano mais avançado faz tempo começou a questionar a própria noção de cidade que aludia à categoria de espaço público. Como assinalou Corboz ao cunhar a noção de “hipercidade”, as partes “tradicionais” da cidade, aquelas que normalmente continuamos associando à idéia de cidade, ocupam na própria Europa, onde essa

idéia nasceu, apenas um, dois ou três por cento da superfície total do que agora é uma metrópole continental, estendida por todo o território.²⁸ Trata-se de descobrimento similar ao que levou Koolhaas a escrever a frase que abre este texto. Porém Koolhaas vai adiante; reflete sobre o impacto dessas transformações nos próprios instrumentos de projeção do espaço urbano: se “o conceito de cidade se distorce e se dilata além de qualquer precedente, cada insistência em sua condição primordial – em termos de imagens, normas e fabricação – inevitavelmente conduz, via a nostalgia, à irrelevância”.²⁹ Com agudeza de diagnóstico crítico que foi muito eficaz como veículo de um cinismo de mercado em sua própria produção arquitetônica, Koolhaas não está repetindo a típica acusação de “cenográficas” que se esgrime contra as propostas de transformação arquitetônica do espaço urbano; está assinalando que as “virtudes da cidade clássica”, em particular o espaço público, redescobertas depois de sua extinção, estão funcionando como fetiche para os arquitetos e para a sociedade.

A voz de alarme de Koolhaas, no início dos anos 90, assinalou o momento em que os arquitetos mais ousados abandonaram a idéia de espaço público – desde então em mãos de funcionários públicos, empresários e analistas culturais – e adotaram, a partir dali, o discurso do caos para entender a cidade. Se poderia dizer que então se desvaneceu na alta cultura arquitetônica a figura do *flâneur* para dar lugar a mais recente reivindicação do passeante errático que cumpre a deriva situacionista.³⁰

Precisemos, então, essa idéia do espaço público como fetiche: se recordamos a famosa definição da alienação religiosa de Feuerbach na qual se inspirou Marx para sua figura do “fetiche da mercadoria”, poderíamos dizer que o espaço público se converteu, além de

qualquer categorização específica, no lugar idealizado em que depositamos todas as virtudes da cidade para não ter que afrontar o difícil compromisso de colocá-las em prática na realidade de nossas cidades.³¹ Significativamente, quando Ulrich Beck se refere a esse tipo de categorias que continuam presentes nos discursos sobre o social ainda que nomeando fenômenos já irreconhecíveis nelas, usa a expressão “categorias zumbis”.³² Assim parece ser hoje o espaço público em relação aos próprios processos de transformação atual da cidade: não se trata de cenografias, mas de espectros.

Em si mesmos, como assinala David Harvey,³³ os “lugares nodais de qualidade” são funcionais aos requerimentos de competitividade dos territórios globalizados. Como se poderia observar no caso de Palermo Viejo, esses espaços de recreação da vida urbana clássica são o *plus* necessário que a cidade deve oferecer para seu funcionamento mais eficaz nas novas condições. Os fragmentos do arquipélago que funcionam como “espaço público”, longe de servir como antídoto que pode inocular a poção revivificadora ao resto do sistema para uma progressiva remodelação geral (a idéia economicista do “derrame” com que funcionou a ideologia do planejamento estratégico), parecem ser algo assim como o valor diferencial que as cidades colocam no mercado territorial para atrair os capitais que garantem sua contínua transformação em hipercidade.

E sob a influência do planejamento estratégico, o espaço público tem funcionado duplamente como fetiche, porque o caráter articulador dessa “categoria-ponte” permitiu confiar que, com ela se alcançaria uma conexão implícita – natural – entre os especialistas urbanos, os agentes econômicos e os políticos, quando, na verdade, se funciona-

ram articuladamente, não foi para favorecer o espaço público. Como escreveu Otilia Arantes, uma das primeiras e mais agudas críticas do planejamento estratégico, a fragmentação urbana recente, contou com o auxílio de um “harmoniosa dupla estratégica”, os urbanistas – em geral, de procedência progressista – e os empresários que encontraram nas cidades um novo campo de acumulação: os primeiros se dedicaram, aparentemente por modismo, a projetar “em termos gerenciais provocativamente explícitos”; os últimos não fazem mais do que celebrar os valores culturais da cidade, “enaltecendo o ‘pulsar de cada rua, praça ou fragmento urbano’”, pelo que terminam todos falando “o mesmo jargão de autenticidade urbana que se poderia denominar culturalismo de mercado”.³⁴

Finalmente, se poderia dizer que as políticas urbanas utilizaram a categoria espaço público em duplo sentido: por uma parte, em sentido muito tradicional e operativo, como o espaço aberto da cidade (as ruas e as praças), sem mais conteúdo teórico do que o suposto de que é no espaço aberto que a sociedade se reúne e reconhece; por outra parte, agregando automaticamente nesse espaço aberto todas as qualidades sociais e políticas que as teorias do espaço público colocam em circulação. Nesse sentido, por obra e graça do “romance do espaço público”, desenhar uma pracinha já não era desenhar uma pracinha, mas estar construindo os pilares da sociabilidade democrática. Assim se justificaram como progressistas idéias urbanísticas que simplesmente retomaram com bastante pobreza de meios os modelos urbanos do século 19, retomando também o princípio do funcionamento de mercado da cidade, como se a constatação teórica de que para existir espaço público tem que haver mercado, garantisse a constatação prática inversa, de que onde

a cidade funcionar como mercado haverá espaço público. E assim se chegou, na década de 1990, a sustentar com o discurso do espaço público um tipo de cidade que tem muito pouco a ver com os valores que, embora de sua maneira utópica, a categoria espaço público busca sustentar.

Como se vê, usos diversos para uma categoria que só muito superficialmente permite as articulações de “categoria-ponte”. Se podemos falar em “espaço público” para referir tanto a rua interditada em memória da tragédia de Cromañón como o parque Micaela Bastidas em Puerto Madero, talvez se deva pensar que, mais do que continuar a insistir em espaço público, apelando para sua capacidade de composição de esferas diferentes, hoje convenha voltar a decompor as partes individuais que entram em jogo, para ver se podemos compreender o que se passou enquanto falávamos sobre o espaço público, com a cidade, por uma parte, e a política, a sociedade e o Estado, pelas outras.

Adrián Gorelik é arquiteto e doutor em história, professor titular na Universidad Nacional de Quilmes, coordenador do Programa de Historia de las ideas, los intelectuales y la cultura da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Divide com Jorge F. Liernur a autoria de *La sombra de la vanguardia. Hannes Meyer en México, 1938-1947*, Buenos Aires: Proyecto Editorial, 1993; é autor de *La grilla y el parque. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936*, Buenos Aires: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 1998; e *Das vanguardas à Brasília. Cultura urbana e arquitetura na América Latina*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Tradução: Rodrigo Krul

Revisão técnica: Xênia Roque

Notas

¹ Este trabalho foi desenvolvido para o Laboratorio de cultura urbana: Los conflictos culturales en el futuro de las ciudades, organizado pelo Grupo de Estudios de Cultura Urbana, Universidad Autónoma Metropolitana, Mé-

- xico, 11 a 13 de maio de 2005; uma versão dele foi publicada em seguida na revista *Block* n. 7, Buenos Aires: Ceac-UTDT, 2005: 8-15; a que aqui se publica foi corrigida e ampliada em março de 2008.
- 2 Koolhaas, Rem. What ever happened to Urbanism? [1994]. In Rem Koolhaas e Bruce Mau, *S, M, L, XL*. Róterdam: 010 Publishers, 1995: 963.
 - 3 Expressão mantida no original, relativa ao tango, dança típica de Buenos Aires. (N.T.)
 - 4 Para citar apenas dois exemplos: em 2003 o governo da cidade de Buenos Aires publicou um livro com textos analíticos e projetos urbanos intitulado *Las dimensiones del espacio público*, e no momento em que eu escrevia a primeira versão deste artigo, em maio de 2005, realizava-se em Bogotá o Foro Internacional de Espaço Público y Ciudad, organizado pela Prefeitura e pela Câmara de Comércio de Bogotá.
 - 5 Introduzi a idéia de “categoria-ponte” a propósito da figura russiana de “cidade análoga”, em Gorelik, Adrián Correspondencias. La ciudad análoga como puente entre ciudad y cultura. *Block* n. 3, Buenos Aires: UTDT, 1998: 88-97.
 - 6 Na noite de 30 de dezembro de 2004 apresentava-se na discoteca República de Cromañón o grupo Callejeros, um dos representantes eminentes do fenômeno do “rock de bairro”, formado por grupos de jovens dos bairros suburbanos de Buenos Aires de classe média e média-baixa que incorporaram como elementos da cultura do rock comportamentos característicos das torcidas de futebol. O Callejeros, em particular, incentivava seus seguidores a jogar archotes nos shows, forma de demonstração proibida nos estádios, mas cuja realização faz parte da cultura da “tolerância” das torcidas. Se nos estádios abertos isso já é perigoso, mais ainda na discoteca, lugar fechado que, como se descobriu depois, não cumpria nenhuma regulamentação antiincêndio: todo o teto rebaixado estava coberto por telas altamente inflamáveis e, ademais, as portas de emergência estavam trancadas para impedir a entrada de jovens sem ingresso. Quando alguns seguidores do grupo atiraram os primeiros archotes, o teto entrou em combustão produzindo não exatamente um incêndio – já que não chegaram a se formar chamas –, mas intensa fumaceira que provocou a morte por asfixia de quem não conseguiu escapar. Como complemento, os seguidores do “rock de bairro” assistem aos shows de seus grupos com toda a família, incluindo crianças pequenas, que estavam nos banheiros, os quais funcionavam como creche improvisada e acabaram sendo uma amadilha mortal. Naturalmente, quando se começou a investigar o sinistro, descobriu-se que todas as falhas anti-regulamentares do local eram toleradas por um sistema de corrupção municipal generalizado, de modo que os processados pela justiça foram os proprietários do local, os funcionários municipais e os membros do Callejeros, responsáveis por parte da organização do show – a segurança incluída. Foram levadas adiante distintas instâncias judiciais pelas quais alguns acusados foram considerados culpados, e outros liberados; todavia falta realizar o julgamento oral contra o administrador da discoteca, Omar Chabán, desde os anos 80, uma figura emblemática do espetáculo *underground* e do *rock*. Além disso, eis que a justiça proclamou inocente o chefe do governo da cidade, Aníbal Ibarra, e a Câmara dos Deputados, correspondendo ao eco das denúncias dos familiares, desde o começo o anunciaram como principal responsável pela corrupção no sistema de inspeções municipais, realizou um julgamento político que o destituiu em março de 2006.
 - 7 O parque foi desenhado por Alfredo Garay, Nestor Magariños, Irene Joselevich, Graciela Novoa, Marcelo Vila e Adrián Sebastián. Garay foi um dos autores intelectuais de toda a operação de refuncionalização do Puerto, como secretário de Planejamento da Prefeitura de Buenos Aires.
 - 8 Arendt, Hannah [Nova York, 1958]. *La condición humana*. Barcelona: Paidós, 1993: 366.
 - 9 Habermas, Jürgen [Darmstadt, 1962]. *Historia e crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981: 351.
 - 10 Loos, Adolf [Viena, 1898]. La cidade potemkinizada. In *Escritos I. 1897/1909*. Madri: El Croquis Editorial, 1993: 114-117.
 - 11 A noção organicista de Lewis Mumford aparece em suas duas obras maiores sobre a cidade, *La cultura de las ciudades (The Culture of Cities*. Nova York: Harcourt, Brace and Compagny, 1938: 586.) e *La ciudad en la historia* ([Nova York, 1961] *La cidade en la historia. Sus orígenes, transformaciones e perspectivas*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2 vols, 1966: 891). A visão societal aparece em obra-chave da década de 1980, *Espacio urbano* (Krier, Rob. *Urban Space*. Londres: Academe Editions, 1979, 174p., com prefácio de Colin Rowe).
 - 12 Unidade vicinal. (N.T.)
 - 13 Rossi, Aldo [Pádua: 1966]. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 5ª edição ampliada, 1981: 311.
 - 14 Espaços de memórias. (N.T.)
 - 15 Berman, Marshall [Nova York, 1982]. *Todo lo sólido se desvanece en el aire. La experiencia damodernidad*. Madri: Siglo XXI, 1988: 385.
 - 16 Remedi, Gustavo. La ciudad latinoamericana S.A. (o el asalto al espacio público). In *Las dimensiones del espacio público*. Buenos Aires: Subsecretaría de Planeamiento del Gobierno da Ciudad de Buenos Aires, 2003: 15.
 - 17 Augé, Marc [Paris, 1992]. *Los “no lugares. Espacios del anonimato. Una antropología dasobremodernidad*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1993: 125.

- 18 Riesman, David, com Nathan Glazer e Reuel Dennee [Nova York, 1950]. *La muchedumbre solitaria*. Buenos Aires: Paidós, 1964: 298.
- 19 Jacobs, Jane [Nova York, 1961]. *Vida e muerte de las grandes ciudades*. Madrid: Península, 1967: 468.
- 20 Lench, Kevin [Cambridge, 1960]. *La imagen da ciudad*. Buenos Aires: Edições Infinito, 1974: 228.
- 21 Sennet, Richard [Nova York, 1977]. *El declive del hombre público*. Barcelona: Península, 1978: 433.
- 22 Ver, por exemplo, Sennet, Richard. *The Comscience of the Eye. The Design and Social Life of Cities*. Nova York: Alfred Knopf, 1990: 270.
- 23 Baczko, Bronislaw [Paris, 1984]. *Los imaginários sociales. Memórias e esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1988: 270.
- 24 Jedlowski, Paolo. Introduziona. In Georg Simmel. *La metropoli e la vita dello spirito*. Roma: Armando Editore, 1995: 7-32.
- 25 Os termos aspeados foram utilizados em trabalho pioneiro do grupo de historiadores do Pehesa, em especial Leandro Gutiérrez, Luis Alberto Romero, Hilda Sabato e Juan Carlos Korol (Ver Pehesa. ¿Dónde anida la democracia?, *Punto de Vista* n.15, Buenos Aires, agosto de 1982: 6-10). Leandro Gutiérrez y Luis Alberto Romero continuaram com os estudos das sociedades vicinais e o espaço público de bairro em uma série de trabalhos posteriormente reunida em Gutiérrez, Leandro e Romero, Luis Alberto. *Sectores populares. Cultura e política. Buenos Aires en la entreguerra*. Buenos Aires: Sudamericana, 1995: 212.
- 26 Com o propósito de angariar fundos para a Fundação Oftalmológica Argentina Jorge Malbran – FOA, a Casa FOA surgiu em 1985, contribuindo para a recuperação de monumentos históricos de Buenos Aires, como Casa de la Moneda (1995), Hotel de Inmigrantes (2000), Monasterio de Santa Catalina (2001), Casa del Patio de la Reconquista (2003), e a conservação de imóveis declarados Áreas de Proteção Histórica pela Comissão Nacional de Museus, Monumentos e Lugares Históricos: Hotel Avenida de Mayo (1991), Puerto Madero Dock 5 (1993), Palacio Alcorta (1994), Tattersal de Palermo (1998), Apostadero Naval (2000), Terrazas de Buenos Aires (2002), Tribuna Il Palermo (2004), Palacio Lezama, ex-fábrica de Biscoitos Canale (2006). In: www.casafoa.com. Acesso em 28 jul. 2008. (N.T.)
- 27 Gorelik, Adrián. Modelo para armar. Buenos Aires, de la crisis al boom. *Punto de Vista* n. 84 Buenos Aires, abril de 2006: 33-39.
- 28 Corboz, André. L'ipercittà [1994]. In *Ordine Sparso. Saggi sull'arte, il metodo, la città e il territorio*. Milão: Franco Angeli, 1998: 234-238.
- 29 Koolhaas, op. cit.: 963.
- 30 Analisei essa passagem em Gorelik, Adrián. Políticas de la representación urbana: el momento situacionista. *Punto de Vista* n. 86, Buenos Aires, dezembro de 2006: 23-30.
- 31 Refiro-me à célebre discussão de Feuerbach com Hegel sobre religião, desenvolvida em *La esencia del cristianismo*, de 1841, que Marx retoma e reformula em *Manuscritos económicos y filosóficos*, de 1844. Tem-se análise muito boa dos diversos usos da noção de alienação nesses textos em Giddens, Anthony. *Capitalism and Modern Social Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971: 382.
- 32 Beck, Ulrich e Willms, J. *Conversations with Ulrich Beck*. Cambridge: Polite, 2004: 232.
- 33 Harvey, David. El arte de la renta: la globalización e la mercantilización de la cultura. In Harvey, David e Smith, Neil. *Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura*. Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona/ Universitat Autònoma de Barcelona, 2005: 29-57.
- 34 Arantes, Otilia. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In Arantes, Vainer e Maricato. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000: 67.